

## AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2007.

Presidência da Sra. Vereadora Teresa Bergher

Às dez horas e quarenta minutos, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência da Sra. Vereadora Teresa Bergher, tem início a Audiência Pública para debater o Substitutivo de nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 25/01.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Senhoras e senhores, bom-dia!

Estamos dando início a esta Audiência Pública para debater o Substitutivo de nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 25/01, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Assim sendo, tenho o prazer de convidar para a Mesa Diretora: Dra. Maria da Graça Ribeiro Neves, Assessora-Técnica da área de Organização e Gestão do Ibam; Dra. Márcia Andrea Peres, Subcontroladora de Integração de Controles da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

(PALMAS)

Ouviremos agora o “Hino Nacional Brasileiro”.

(Ouve-se o Hino Nacional Brasileiro)

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Quero registrar a presença do Vereador Prof. Célio Lupparelli e do Vereador Dr. Carlos Eduardo.

(Lendo)

A Resolução nº 1.052/06, de autoria da Mesa Diretora em conjunto com a Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação estabelece procedimentos especiais, prazo e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/01 (Mensagem nº 81/01), de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O art. 4º da referida Resolução determina às Comissões Permanentes desta Casa de Leis, a realização de, pelo menos, uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Projeto de Revisão do Plano Diretor da Cidade. Esta é a razão do presente encontro.

A Câmara Municipal se propôs realizar várias Audiências Públicas para que, ouvindo a população e entidades representativas, consiga realmente atender as reivindicações e necessidades dos moradores da cidade, elaborando novas propostas de Políticas Públicas que serão inseridas no Plano Diretor, com vistas a garantir melhores condições de urbanidade à população.

Desde já agradeço a todos que aqui estão por terem aceito nosso convite, pois temos a certeza de que as sugestões e esclarecimentos que iremos ouvir serão de

fundamental importância, para que a nossa Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público possa apresentar propostas objetivas em sua área de competência.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Quero também registrar as presenças da Dra. Maura Moreira, representando o Secretário Municipal de Habitação; da Sra. Celta Maria Escobar Araújo, representando a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro; Luiz Strauss, Presidente da Abav do Rio de Janeiro; e também do Sr. Otávio Leonídio, representando o Padre Jesus Ortal, Reitor da PUC.

Antes de começar, gostaria de estabelecer algumas regras para este Debate, a fim de que todos os segmentos possam participar, em igualdade de condições. Será definido o tempo de 10 minutos para cada expositor. E, após a fala de todos, três minutos para os participantes inscritos.

Dando início, convido a Dra. Maria da Graça Ribeiro Neves, Assessora-Técnica da Área de Organização e Gestão do Ibam, com o tema Administração Pública como instrumento indutor do desenvolvimento municipal, para a sua apresentação.

A SRA. MARIA DA GRAÇA RIBEIRO NEVES – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Vereadora Teresa Bergher, para que o Ibam estivesse presente nesta reunião de tão grande importância para a Cidade do Rio de Janeiro. Apenas para aqueles que não conheçam a Instituição que estou representando, quero dizer que o Ibam é, uma Associação Civil, sem fins lucrativos, que existe há 54 anos com sede no Rio de Janeiro e, ao longo de todos esses anos, sempre se dedicou ao estudo da Administração Municipal. Então, realmente, temos uma bagagem considerável. Eu espero que os temas dos, quais eu possa falar hoje, nesta breve apresentação, façam justiça à experiência da organização a qual pertencço.

Essa Comissão trata da Administração Pública e dos Servidores, e eu procurei obviamente fazer uma leitura do Plano Diretor com esse olhar. Não vou me deter no conteúdo propriamente urbanístico do Plano e, sim, falar das potencialidades que o governo municipal tem do ponto de vista administrativo para implementar este Plano.

Antes de mais nada, quero dizer que há uma diferença. Conhecemos o Plano Diretor da década de 90 e, agora, podemos conhecer essa terceira visão do Plano Diretor – há uma mudança qualitativa importante. Acredito que, em grande parte, isso seja fruto das mudanças pelas quais a Secretaria Municipal de Urbanismo pôde passar ao longo desses 14 anos. Essa diferença de qualidade na produção do Plano deve estar refletindo a excelente qualidade dos profissionais que atuam naquela Secretaria e, também, o processo de amadurecimento técnico que, ao longo desses 17 anos, eles puderam viver.

Do ponto de vista administrativo, o que importa para a implementação do Plano Diretor são os mecanismos e os instrumentos de articulação, que contribuem para que as Políticas Públicas sejam tratadas transversalmente. O texto do Plano Diretor é rico em exemplos e recomendações nesse sentido: que as Políticas Públicas não sejam confinadas às áreas temáticas às quais estão

vinculadas, mas que se olhe transversalmente para essas política. Dito de uma maneira mais clara, você trabalha em educação, saúde, assistência social, enfim, as políticas sociais de uma forma articulada. Uma ação em saúde tem implicações sobre a educação; uma ação em assistência social sobre a saúde e, assim, sucessivamente.

Por outro lado, há um outro conjunto de Secretarias que envolvem a parte de transportes, o próprio urbanismo, o meio ambiente, a questão das obras. Esse conjunto não só vai atuar no espaço físico, para a implementação Políticas Sociais, como também vai, principalmente a Secretaria de Urbanismo, dizer o que pode e o que não pode acontecer na cidade, em termos da espacialização da implementação das Políticas Públicas.

Quando tratamos do tema Administração Pública associado ao Plano Diretor e sua implementação é muito importante pensarmos e olharmos com muita dedicação para as Secretarias do tipo: Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Controladoria, Procuradoria. Nesses quatro setores é que vai se formar um trabalho que, em Administração, chamamos de trabalho de natureza sistêmica, que vai dar elementos de coesão, para que as políticas finalísticas sejam implementadas.

O Plano Diretor trata de alguns desses instrumentos que são ligados a essas Secretarias. Vai falar do Orçamento, do Orçamento Plurianual, da Lei Orçamentária Anual, dos instrumentos de planejamento da cidade, enfim, do planejamento como uma atividade contínua da administração. O que dá vida a todas essas orientações do Plano Diretor são instrumentos e mecanismos de natureza administrativa e sistêmica. São ações que todas as Secretarias Municipais fazem. Todas têm uma área de administração, todas têm de trabalhar o seu Orçamento, todas têm que pensar na capacitação dos seus profissionais, e devem estar preocupadas com treinamento de recursos humanos, que é um segundo campo de atuação dessa Comissão.

Portanto, não se pode pensar num Plano Diretor sem pensar nesse trabalho importantíssimo que é desenvolvido nesta Comissão, que observa o Poder Executivo com este olhar. Ou seja, está havendo coesão, se os pressupostos da Administração Pública, da administração profissionalizada estão sendo levados em conta.

A Prefeitura do Rio de Janeiro é uma Prefeitura privilegiada, no sentido de que tem técnicos da mais alta categoria. Então, do ponto de vista da especialização não há dúvida de que a Prefeitura conta com quadros muito bem preparados. Mas gostaria de lançar uma indagação a respeito do que chamamos de equipes qualificadas, equipes capazes de trabalhar em articulação e de realizar trabalhos conjuntos. Portanto, dando vida ao que havia mencionado acerca da visão sistêmica da administração. Essas Secretarias que citei, Administração, Finanças, Controladoria e Procuradoria, por sua própria natureza, funcionam sistematicamente e estão representadas em todas as Secretarias do Município. Mas, os dirigentes dessas Secretarias do Município estão preparados para desempenhar o papel de gestores? Eles estão tendo oportunidades de serem treinados? A maioria dessas pessoas ocupa cargos comissionados e, muitas vezes, não são profissionais da Área de Administração, mas sim da área específica da Secretaria ao qual estão atrelados. Eles precisam ter a visão da administração na sua essência, sem o que o trabalho da Prefeitura

se torne um trabalho desarticulado. Esse é o motivo pelo qual muitas Políticas Públicas muito bem intencionadas não chegam ao fim. Não há clareza no desenho da política, no desenho dos instrumentos e dos mecanismos administrativos que vão fazer daquela política uma realidade.

É uma pena que não tenhamos nenhum representante da Secretaria de Administração para nos informar, por exemplo, quantos são os administradores profissionais com os quais a Prefeitura conta. Quando foi o último concurso da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para preencher vagas de cargos de administradores públicos? Esse é um campo do conhecimento específico, é uma profissão que tem uma razão de ser. A orientação geral da administração não pode ser dada por pessoas que são empreendedoras, que têm muita iniciativa e muito boas idéias. Isso não basta. É preciso técnica, é preciso conhecimento. E a administração é um campo do conhecimento que, na maior parte das vezes, acaba num segundo plano.

Estou me referindo muito à Prefeitura porque, em última instância, ela é que vai implementar o Plano Diretor, é que vai tomar as medidas. Por isso, estou fazendo essa referência ao Poder Executivo, embora esteja numa Casa Legislativa. Quem conhece o dia a dia da Prefeitura, certamente há de reconhecer que as unidades administrativas da Prefeitura são unidades geralmente de menor importância dentro das Secretarias, são ocupadas por pessoas que em geral se colocam numa posição secundária em relação à atividade-fim da Secretaria. Isso porque os próprios profissionais dessa área não se vêem em igual nível de importância do que um profissional da área finalística. Numa Secretaria de Saúde. Um médico; na Secretaria de Educação, um professor. A área administrativa é tão importante quanto a área finalística. Sem ela, o trabalho de todas as Secretarias se transforma num trabalho precário, improvisado e amador. Embora, haja no Rio de Janeiro iniciativas no sentido de fazer diferentemente esse tipo de trabalho, a partir da constituição dos trabalhos sistêmicos.

Nesse sentido dos trabalhos sistêmicos, fico muito satisfeita de estar dividindo a Mesa com uma representante da Controladoria, que certamente vai poder falar muito melhor sobre o tema. A informação que tenho é pequena, mas acho importante ressaltar.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, durante muitos anos, contou com uma área chamada de Desenvolvimento Institucional, do Gabinete do Prefeito, que tentava justamente fazer essa costura administrativa das Secretarias-fim. Essa área foi deslocada para a Secretaria de Administração, mudou um pouco a natureza do seu trabalho.

Hoje, a Prefeitura do Rio está retomando uma outra linha de trabalho, em termos de constituição de uma visão sistêmica da gestão, através da Controladoria: o estudo dos processos de trabalho, muito importante para assegurar a transversalidade das Políticas Públicas. Felizmente, vamos ter a oportunidade de conhecer esse trabalho. Conheci há pouco tempo muito pontualmente. É através dessas iniciativas de cruzamento do trabalho entre as Secretarias que instrumentos, como o Plano Diretor, um instrumento altamente complexo, mas que se não existir vai virar um papel, vai virar uma letra morta. Parece que não há muita consciência disso. Isso também não é uma peculiaridade do Rio de Janeiro, é uma coisa mais geral dos municípios

brasileiros. Essa visão da administração, do gerenciamento dos trabalhos como imprescindível para que se leve a cabo qualquer Política Pública finalista, é pouco reconhecida.

Acho que já estou no meu tempo. O que queria deixar como finalização: Vim para falar do município como indutor de desenvolvimento. Quero deixar como mensagem que um dos principais trabalhos de indução ao desenvolvimento, que o município tem de fazer, é reconhecer a necessidade de ter uma Administração Pública profissionalizada. Esta é uma profissão que existe. Existe um campo de conhecimento relacionado a isso. Nós, Administradores Públicos, entendemos e respeitamos a dimensão dos cargos políticos, o trabalho dos agentes políticos e dos cargos comissionados. Mas não podemos compreender que as Secretarias do Poder Executivo não disponham de um corpo de profissionais de Administração Pública. Administração Pública não se improvisa. Ela é um campo de conhecimento. A capacidade gerencial de uma pessoa que ocupa um cargo comissionado é muito especial. Quer dizer, em primeiro lugar, ela já deve ser escolhida por ter uma tendência, uma aptidão natural dentro da sua profissão, uma aptidão gerencial. Esse é que deve ser um dos critérios para você escolher alguém que vai ocupar um cargo de agente político, ou seja, de primeiro escalão da Administração Municipal. Mas não se compreende uma Administração Municipal que não tenha um corpo de profissionais formados em Administração Pública, do quadro permanente, concursados, e que dê suporte ao trabalho de implementação de toda e qualquer Política Pública.

Acho que esse é o grande desafio que a Prefeitura do Rio tem de enfrentar para implementar o seu Plano Diretor, que, volto a dizer, tem muitas qualidades e mostra um avanço importante em relação ao Plano Diretor anterior. E quero me colocar à disposição dos senhores para responder as dúvidas que surgirem, mas queria ser muito enfática de que a administração é um campo de conhecimento. O Administrador Público não se improvisa, ele é um profissional, e muitas das dificuldades que a gente encontra na Administração Pública Brasileira em todos os níveis é pelo não reconhecimento disso, pela não valorização dessa profissão e da sua não inclusão nos quadros permanentes mediante concurso público.

Muito obrigada! Espero não ter passado muito do meu tempo e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Nós queremos agradecer a brilhante participação da Dra. Maria da Graça Ribeiro Neves e esclarecer que formulamos o convite à Secretaria de Administração por entendermos que a sua participação era importantíssima neste Debate, mas o Secretário nos respondeu, através de um ofício, que achava mais conveniente que fosse convidado o Dr. Lino, Controlador do Município do Rio de Janeiro, que mandou uma representante, a Dra. Márcia Andrea Peres, que eu tenho certeza de que nos orientará, nos esclarecerá sobre os assuntos pertinentes à Secretaria.

Passamos a palavra á Dra. Márcia Andrea Peres.

A SRA. MÁRCIA ANDREA PERES – Bom dia a todos!

Primeiramente gostaria de agradecer o convite que foi formulado à Controladoria para que pudesse fazer uma exposição das atividades que desenvolve, e como se relaciona com o Plano Diretor. Na verdade, a Controladoria Geral não tem uma participação executiva no Plano, por ser um órgão de atividade-meio, de controle, basicamente. Então, ela não está ligada às diretrizes executivas, mas nós vamos conversar um pouco sobre qual é a participação da Controladoria dentro do contexto do Plano, e também do aspecto tão relevante dessa Comissão, que é a Administração. Vamos falar um pouco sobre isso.

Eu preparei. Sra. Presidente, uma apresentação que pudesse facilitar. Talvez fosse melhor falar dali de baixo, se a Sra. não se incomodar, para que eu pudesse passar...

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Fique á vontade.

A SRA. MÁRCIA ANDREA PERES – Muito obrigada!

Então, primeiramente, gostaria de abordar um pouco a evolução do sistema de controle e a tendência que as áreas de controle passam, para que possam prestar um serviço melhor, com seu olhar, ao cidadão, aos processos de trabalho.

Então, os órgãos de controle, que é atividade fim do órgão ao qual represento, a Controladoria Geral do Município, têm feito uma reflexão muito importante com relação ao seu posicionamento, deixando e avançando na visão de uma análise de risco, em que está voltada exatamente para o seu próprio trabalho, e passando para o outro lado, que seria o controle interno como parte integrante da avaliação de risco dos negócios que a Prefeitura desenvolve.

Negócios – vamos entender – são as atividades que ela desenvolve; negócios, nesse termo técnico, são as atividades que ela desenvolve, deixando o seu foco de detecção de fraudes, de busca de culpados, das transações em si, de uma função que gira em torno dela própria, participando em conjunto com a Administração, para que possa avaliar a exposição das operações da Prefeitura aos seus riscos; avaliar os processos de trabalho; fortalecer a visão da eficiência desses negócios, que são as atividades; e fazendo, então, parte da Administração como um agente influenciador do alto controle e da melhoria dos serviços que a Prefeitura possa prestar através dos seus agentes.

Então, para que possamos sair desse aspecto e avançarmos para a avaliação dos riscos, desenvolvemos uma metodologia para que possam ser planejadas as atividades. O tema proposto para a nossa exposição foi o Planejamento Integrado da Administração Pública. Nós, então, vamos falar um pouco do planejamento do órgão de controle que tem, sob sua competência, avaliar todos os órgãos integrantes da Administração Municipal e também a prestação de contas desta Casa, da Câmara Municipal. Então, tivemos que desenvolver uma metodologia, para que pudéssemos planejar esses trabalhos.

O volume de trabalhos que temos, de operações da Prefeitura, é muito grande, e para que pudéssemos controlar tudo, ao mesmo tempo, seria necessário que tivéssemos um representante da Controladoria para cada funcionário da Prefeitura, o que é totalmente irracional. Então, é preciso ter uma metodologia que nos defina, que nos direcione quais são as áreas que possam ser ditas mais relevantes, para que possamos focar os nossos esforços. É claro que

todas as organizações são avaliadas, mas algumas, por terem um aspecto mais relevante, têm uma quantidade de trabalhos maiores, uma quantidade de horas maiores de alocação desses trabalhos.

Então, dentro dessa metodologia, basicamente, o que desenvolvemos para planejar as atividades da Auditoria integrando toda a Administração, com base nas informações que temos disponíveis nos sistemas informatizados, nos relatórios da Auditoria e relatórios da Controladoria, nos indicadores de desempenho, que são estabelecidos pelas organizações da Prefeitura, pelo indicadores estabelecidos no Plano Plurianual de Atividades, estabelecemos alguns fatores, os quais chamamos fatores de risco, que são, na verdade, requisitos importantes para que possamos estabelecer uma comparação entre essas organizações.

Dentre eles, temos o Orçamento, os volumes de contrato, o impacto no cidadão, quer dizer, quanto mais próximo do cidadão essa organização pública estiver, então, ela está mais exposta à formação da imagem, ela tem que ser mais ágil, mais eficiente. Então, são alguns requisitos que estabelecemos para que possamos fazer essa comparabilidade. Estudamos, dentro desses requisitos, a materialidade desses fatores, a vulnerabilidade dentro disso, o quanto exposta essa organização está, avaliamos os riscos associados a esses fatores e definimos classes em níveis de risco.

Então, através dessa metodologia de planejamento da avaliação da Administração Pública, nós temos categorias alocadas em alto risco, médio risco, baixo risco e o que chamamos de risco mínimo. Ou seja, todas têm que funcionar adequadamente, com efetividade, porque assim é a função pública de cada um dos administradores que aqui estamos para servir ao público. Mas metodologicamente é preciso que se faça uma hierarquização dessas relevâncias, para que o controle interno possa atuar com mais efetividade.

Definida essa matriz de risco, que seriam as prioridades, nós temos também algumas avaliações que chamamos de mandatórias, porque a Legislação determina que temos que fazer; algumas solicitações que recebemos do Executivo, seus Secretários, do Prefeito, do Cidadão, da Câmara, do Tribunal de Contas. Então, é feito um plano operacional de trabalho e, a partir desse plano, constitui-se a avaliação de horas, os recursos disponíveis e depois se faz esse controle da execução, e uma reavaliação periódica. É um plano operacional para que a Controladoria possa, durante aquele exercício – são planos anuais -, desenvolver suas atividades.

Um processo de trabalho muito importante de Controladoria é a certificação das contas. Todo gestor público está sujeito a prestar contas dos recursos que ele obteve para executar suas tarefas e dos resultados que ele alcançou dentre as suas missões. Então, o processo de trabalho de certificação da auditoria é desempenhado durante o ano todo, à medida que aquele plano que definiu as prioridades vai sendo executado. Existem vários tipos de avaliação, como a avaliação de conformidade, para verificar aderência às regras e à Legislação, a avaliação dos sistemas informatizados, avaliação das operações. Então, é uma classificação técnica das diversas formas de avaliação que o órgão de controle faz, no fundo, objetivando essa certificação das contas.

Recorrendo ao projeto do Plano Diretor, eu busquei um fundamento que diz que “os recursos dos fundos municipais devem ser destinados ao

planejamento, execução e fiscalização dos objetivos, projetos e programas definidos na Lei Complementar”. Então, com os recursos estando sujeitos à execução do fundo, o fundo passa a ter a característica de prestar contas também. Então, os gestores dos fundos prestam contas; prestando contas, cabe à Controladoria, nesse momento, fazer a certificação dessas contas.

Existem dois tipos de interação da Controladoria com as prestações de contas: uma, é a prestação de contas do Prefeito, em que a Controladoria certifica os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminha para o egrégio Tribunal de Contas, que emite um parecer prévio, e encaminha para esta Casa, para a colenda Câmara, que vai proferir o julgamento. Nesse momento, nós temos uma interligação com a Controladoria, no que tange aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. Um outro aspecto é a prestação de contas dos ordenadores de despesas, onde temos enquadrados os gestores desses fundos municipais, cujo Projeto de Lei do Plano Diretor se refere. A eles cabe prestar contas do que foi arrecadado, dos benefícios gerados, dos resultados obtidos em função das atribuições. E à Controladoria cabe examinar essas contas, certificá-las e encaminhar para o Tribunal de Contas. E é o Tribunal de Contas que vai fazer o exame da adequação dessas informações, no final, e dar a quitação ao responsável, que é o termo que ele utiliza. Aqui, a gente enquadra a gestão dos fundos municipais, que são os agentes operadores, na verdade, dos recursos disponíveis para que se possam implementar as diretrizes do Plano Diretor.

Um segundo aspecto de planejamento dentro da Controladoria tem a ver com o que a professora estava comentando anteriormente, que fala da questão dos processos de trabalho. Os processos representam um conjunto de recursos e atividades que são inter-relacionadas e interativas, ou seja, há que haver uma interação entre elas, e que vão transformar em insumos e saídas. O que são os insumos? Os insumos são as entradas de que nós precisamos, as informações que nós precisamos obter para trabalhar no nosso dia-a-dia, para desenvolver o nosso processo. Então, isso, tecnicamente, é chamado de entrada ou insumo, tudo o que nós vamos utilizar para que possamos desenvolver a nossa tarefa.

E nós desenvolvemos as nossas atividades inter-relacionadas para quê? Para gerar um produto; que pode ser um serviço, um produto tangível ou um serviço intangível, mas para gerar uma saída. Na verdade, o mais importante dentro da Administração Pública, o olhar do avaliador e também do Gestor Público, não é gerar um produto, mas é observar qual é o benefício que este produto gera; o quanto ele consegue atender aos seus objetivos. O importante não é, por exemplo, um relatório que se produza, mas é o que este relatório possibilitado mudar e agregar de melhoria na vida do nosso cliente, que é o cidadão. Então, é o olhar da efetividade, o Gestor Público também precisa estar preocupado com isso, que é o além do produto, que é o que a gente obtém de benefício em cima disso.

Dentro da Controladoria também existe uma outra função importante, que é do controle interno propriamente dito, e que representa o conjunto de métodos e processos que são adotados para que se impeça erro, fraude, negligência, ou seja, são procedimentos que o especialista em controle avalia para que as operações sejam desempenhadas adequadamente, assim como a Administração Pública também é um conhecimento específico, uma especialidade.

E, numa outra ponta, nós temos, para suportar todas essas operações, os sistemas informatizados, que são os programas de computador que vão



processar, capturar, armazenar, transferir dados eletronicamente e permitir o registro de operação.

Então, dentro desse tripé, processo, controle e sistema, a Controladoria fez uma reformulação recente, agora, final do ano, criando a Subcontroladoria de Integração de Controles, que agrega três áreas: Área de Integração de Tecnologias, Área de Processo de Trabalho e a Área de Integração de Controles Internos.

E qual é o objetivo desse trabalho? Na verdade, é muito comum os gestores comentarem que para administrar eles precisam de um sistema informatizado. Então, informatizando eles vão eliminar todos os seus problemas de gestão! É bem verdade que, através da informatização, nós ganhamos agilidade, podemos prestar um serviço mais ágil ao cidadão, porque o que o cidadão mais reclama do estado é o tempo que ele gasta com ele! Ele gostaria de não gastar tanto tempo conosco! Então, é preciso que nós sejamos mais ágeis, mais rápidos! Na proposta da Controladoria, que é esse processo que nós estamos passando, através da reformulação, como vai funcionar e já está começando a ser implantado? Através do mapeamento dos processos de trabalho. Processos de trabalho são as atividades que se inter-relacionam para que a gente possa gerar um produto e um benefício para o cidadão.

Através da análise desse processo, primeiro, depois que se tem o processo mapeado, estabelecem-se os parâmetros de controle interno - controle interno é o procedimento para garantir que as operações fluam adequadamente. Depois que se tem isso, nós temos o processo, que a gente chama, normalizado e controlado, já com uma análise crítica no processo. Ele está funcionando direito, atende aos preceitos de controle e as operações vão ser desenvolvidas. Após isso, aí, sim, é que entra o sistema informatizado.

Então, a proposta, podemos dizer, pioneira dentro da área pública para qual a Controladoria está se preparando tem esse objetivo. Não é simplesmente criando um sistema informatizado que vamos ter agilidade! Se você não fizer uma reflexão de processo, da Administração, dos Controles Internos, nós estaremos informatizando o caos, quer dizer, informatizando uma situação que vai, na verdade, não garantir uma situação de mais eficiência.

Então, esse é o trabalho que a Controladoria tem feito dentro de um planejamento integrado: certificando as contas, no caso específico do Plano Diretor, através dos Ordenadores de Despesa, que estão responsáveis por gerir esses recursos e implementando essas políticas tão importantes, como são definidas no olhar da administração como um todo. É o trabalho que essa Comissão vem brilhantemente nos trazendo dessa reflexão administrativa. E integrando as Áreas de Processo, Controle e Sistemas Informatizados.

Queria agradecer a oportunidade. Estou à disposição também e é o que eu tinha para informar para vocês.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Nós agradecemos à Dra. Marcia Andrea Peres, Subcontroladora de Integração de Controles da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, por sua participação.

Registramos a presença do Exmo. Vereador Rubens Andrade.

Usará da palavra, agora, a Dra. Maura Fernanda Moreira, da Secretaria Municipal de Habitação, com o tema “Administração do Patrimônio Imobiliário Municipal e sua aplicação na Política Habitacional”.

A SRA. MAURA FERNANDA MOREIRA – Obrigada e bom dia. Quero agradecer o convite feito pela Vereadora e dizer da importância da discussão do Plano Diretor desta cidade.

Sou engenheira, sou Coordenadora Geral de Gestão Habitacional da Secretaria Municipal do Habitat. Quero explicar a ação e atuação da Secretaria e fazer realmente valer a importância dessa discussão do Plano Diretor por todos os segmentos da sociedade.

A Secretaria Municipal do Habitat foi criada há 13 anos. Há 12 anos ela implementa uma política de maior durabilidade e continuidade que se tem notícia, com a política pública de urbanização dos assentamentos subnormais das favelas, procurando integrá-las à sociedade formal. Tem sido uma política de bastante êxito. Mas também sentimos, como toda a população da cidade, a carência de um olhar para o setor habitacional. Vimos, ao longo do tempo, sentindo que essa população que migra para as favelas e que acaba inchando e engordando as favelas, é uma população que não vê e à qual não é apresentada outra opção de moradia. Com esse intuito, não só a Secretaria como todo o corpo técnico da Prefeitura, vem envidando todos os esforços. Ao longo dos últimos anos temos tido um olhar muito efetivo para toda a Legislação e, através de estudos, temos flexibilizado bastante a Legislação, com intuito de fomentar a produção de moradias e de coibir, até, a evasão e o esvaziamento que esta cidade está sofrendo. E essa discussão do Plano Diretor, com respeito a essas políticas de ocupação e de funcionamento da cidade, são de extrema importância.

Temos no Estado do Rio de Janeiro um déficit habitacional de 700 mil moradias. Dessas 700 mil moradias, 400 mil estão em sub-habitações e 300 e poucas mil estão em áreas de extremo risco. Temos, então, um desafio muito grande de tentar, a princípio, suprir esse déficit quantitativo. Temos um déficit quantitativo e qualitativo. O desafio maior da Prefeitura e de toda a esfera pública é tentar vencer essa questão do déficit habitacional. A Prefeitura tem firmado parcerias com o Governo Federal, trazido investimentos abertos em linhas de crédito junto à Caixa Econômica, enfim, procurado implantar projetos voltados para essa área carente, para essa população que necessita de opções de moradias, para que a gente não tenha de tentar depois urbanizar áreas não propensas, não feitas para esse fim. Já estamos assim, há alguns anos, procurando implantar políticas, voltar a população para o uso de áreas dotadas de infra-estrutura urbana, e temos programas nossos de moradia no centro da cidade, com a recuperação de casarões, recuperação de imóveis voltados para a população de baixa renda em área em que existe toda uma oferta de transportes, escolas, saúde, serviços públicos. Fora isso, nós plantamos também na Zona Oeste e estamos com projetos baseados nos estudos, junto com a Secretaria de Urbanismo, de vazios urbanos que estão se efetivando ao longo da Avenida Brasil, em áreas do subúrbio, devido a uma fuga econômica da cidade.

No mais, quero deixar a Secretaria aberta a qualquer tipo de interação, integração, no que a gente puder colaborar com a discussão do tema. Reforço a importância do estudo dos mecanismos legais, que é o que está se fazendo com

o Plano Diretor, e acho que esta é a hora em que devemos nos debruçar, porque o que mais a gente vê na ponta é que existem mecanismos legais excelentes, mas são primórdios. Normalmente eles implantam o ótimo, e nós estamos numa situação em que temos realmente que discutir, para que tenhamos mecanismos para começarmos a fazer o bom.

Eu queria agradecer a participação.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Agradecemos a presença da Dra. Maura Fernanda Moreira, da Secretaria Municipal de Habitação. Convidamos agora o Exmo. Sr. Vereador Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Sra. Presidente, Vereadora Tereza Bergher, demais componentes da Mesa, senhoras, senhores: uma das assessoras do Cerimonial me perguntou se eu gostaria de falar no início ou no fim. Mas eu achei oportuno falar agora, porque acho que vamos trazer aqui algumas contribuições técnicas que poderiam até ajudar na discussão a seguir.

Sra. Presidente, antes de apresentar as nossas sugestões, nós devemos registrar a nossa tristeza. Nós lamentamos, mais uma vez, a ausência de muitos Vereadores. Audiência como esta não pode ter a presença, se não me engano, além da Sra. Presidente que preparou esse tipo de reunião, de mais dois Vereadores. Dr. Jairinho, que vi passar aqui, está presente? Não. O Vereador Rubens Andrade teve que se ausentar, mas esteve aqui.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – O Vereador Dr. Carlos Eduardo.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Vereador Dr. Carlos Eduardo, me desculpe. A senhora fez menção para se fazer justiça. Mas é muito pouco e a senhora há de convir, um tema tão relevante como é, ligado ao Servidor Público. Então, lamento mais uma vez a ausência de muitos Vereadores e de pessoas que deveriam estar aqui neste momento, neste encontro, como os próprios Servidores Públicos e seus representantes. E isso tem sido uma tônica nas Audiências Públicas, não é só na de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Se me permite, Sr. Vereador...

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Eu gostaria de registrar que todos os Vereadores foram oficialmente convidados. Lamento profundamente a ausência dos nobres colegas, mas também lamento a ausência do público, porque, sendo um tema tão importante para a nossa cidade, é lamentável que tenhamos um público tão reduzido.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Pois é, e mais ainda com apresentações tão importantes como a que vimos aqui.

Eu repito, isso tem sido uma tônica nas Audiências Públicas do Plano Diretor. Isso tem nos preocupado. Em todas as reuniões, temos ressaltado isso. Houve uma reunião da qual nós participamos, junto com a Comissão do Plano Diretor. Medidas foram tomadas, mas ainda assim nós lamentamos que pelo menos os representantes dos funcionários públicos, nossos representantes, não estejam aqui para debater.

De qualquer forma, como temos feito em todos os encontros, vamos apresentar alguns questionamentos que nossa equipe técnica fez.

(LENDO)

### **Diretrizes gerais de planejamento integrado da administração pública municipal**

- a) Incluir no Art. 47 a definição de Região de Planejamento. Assim como estabelecer as situações de elaboração do Plano Regional e respectivo prazo de execução.
- b) Supressão do § 2º do Art. 47 em razão do Plano Estratégico ter sido incorporado pelo Instituto Pereira Passos e a Agenda 21 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ressaltando a importância de incluir iniciativas desta ordem nos capítulos pertinentes.
- c) Incluir no Art. 48 listagem contendo as prioridades dos bairros para execução do Plano Setorial. Em particular nas macrozonas: incentivada, condicionada e assistida.
- d) Incluir no Art. 49 a definição do Projeto Urbano e as áreas de prioridade, estabelecendo inclusive o escopo mínimo ao projeto de requalificação urbana dos bairros cariocas.
- e) Incluir no Art. 49 a possibilidade de utilização da PPP – Parceria Público Privada.
- f) Incluir no Art. 49 as necessárias recomendações técnicas para a implantação de operação urbana consorciada.

### **A administração pública como instrumento redutor do desenvolvimento municipal**

- a) Incluir no Art. 207, relativo à política de informação, o seu monitoramento como instrumento indutor do desenvolvimento urbano.
- b) Incluir no Art. 207 o envio periódico à Câmara Municipal, para publicação no DCM, dos relatórios de avaliação relativos aos diversos programas e ações do Município, elaborados pelas diversas Secretarias e órgãos públicos.

c) Incluir no Art. 207 a definição da participação da sociedade no planejamento de programas e ações no âmbito municipal.

### **A administração do patrimônio municipal**

a) Suprimir o inciso III do Art. 216, já que a guarda e a conservação dos bens imóveis públicos é uma obrigação legal do Governo.

b) Dotar de nova redação o inciso IV do Art. 217, uma vez que toda e qualquer solicitação de licenciamento de parcelamento atende a uma regulamentação própria.

c) Dotar de nova redação o Art. 218, remetendo seu detalhamento para Lei específica.

#### **(INTERROMPENDO A LEITURA)**

Para finalizar, repito que é uma pena que palestras como as desenvolvidas pelas Dras. Graça Neves, do Ibam, Márcia An-dréa, da Controladoria, e Maura, da Secretaria do Habitat, tenham tido uma platéia tão reduzida.

Finalmente, Sra. Presidente, senhoras e senhores, para encerrar, nós estamos impedidos, hoje à tarde, de participar pelo menos de uma das duas Audiências Públicas marcadas. Por quê? Porque as duas foram marcadas para a mesma hora, hoje, à tarde, às 14h, se eu não me engano, em lugares completamente diferentes: uma, aqui na Câmara; outra, se não me engano, na Uerj, o que inviabiliza. Nós temos tido presença constante, 100% de presença, em todas as Audiências, onde temos aprendido muito. Assim, temos que optar se é melhor tratarmos da questão do idoso, que se não me engano é na Uerj, ou tratarmos da questão da saúde, que será aqui. Acho que as duas são extremamente importantes e os Vereadores que são laboriosos e que querem aprender vão ficar prejudicados, já que de uma ou de outra terão que deixar de participar.

Muito obrigado a todos pela atenção. Mas o protesto fica, porque é extremamente salutar que a gente participe efetivamente desses encontros.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Muito obrigada, Vereador.

Passamos agora para a segunda parte de perguntas.

Chamamos a Dra. May Terrel Eirin.

A SRA. MAY TERREL EIRIN – Eu sou médica e trabalhei no Souza Aguiar durante 28 anos, na Emergência, em cirurgia infantil. Depois de um ano de cursinho preparatório para vestibular, seis de Medicina, dois de Residência Médica, um de pós-graduação da PUC. Fui concursada, efetiva e me aposentei em 1998. E ganho o salário bruto – ridículo – na Prefeitura de R\$ 1.700,00. desse valor ainda teria que descontar o imposto de renda, se não estivesse isenta por problemas graves de saúde. Meu marido também era médico, então recebo do Iperj uma pensão maravilhosa. Ele morreu com câncer, então, eu tenho

pensão especial: o Iperj me paga R\$ 230,00 por mês, de pensão. Para um médico, que trabalhava no Humaitá, no Instituto Aloísio de Castro. E minha filha recebe também esta quantia...

Então, o setor médico realmente está uma vergonha! Agora, aí vem o Pan-Americano e é bom mostrar em que situação está o serviço público.

Eu vou deixar os meus contracheques, para que vocês vejam que eu não estou mentindo. É uma questão para ser levada para os técnicos da Prefeitura, para auditorias, para ouvidorias, para tudo. Eu, em questão do meio ambiente grito muito. Não tenho tido tempo de gritar pelo setor médico, mas agora eu vou começar a gritar também pelo setor médico, porque o meu contracheque está cheio de empréstimos. Eu vivo de empréstimos, o que é uma vergonha! Depois de tanto estudo, de tanto sacrifício, tanto plantão noturno, arriscando a vida ali... Quero dar umas diretrizes importantes: no setor médico, foi considerada prioritário a parte preventiva, que é muito importante, não resta dúvida. Mas não requer um estudante qualquer recém-formado, que nem tem residência médica para exercer essa função. Não é justo que um médico que trabalha em emergências e em CTI, unidades coronarianas – trabalhos estafantes, não é? Eu mesma uso marca-passo, sou biônica. Não tenho mais batimento cardíaco, estou com a vida por um triz, de tanto desgaste no Souza Aguiar! E como médica do Inamps também, para ganhar uma miséria! Então, eu quero sugerir que existam planos de carreira e pisos salariais decentes. Na época, fizeram a gente arrumar um, monte de documentações, de títulos, de tudo e não deu em nada. Estive na Espanha, no tempo em que o meu marido era vivo, e o médico é tratado lá como um alto personagem. Aqui, nós perdemos até o título de doutor. Qualquer funcionário público que tenha um cargo vira doutor e nós, que somos doutores, perdemos o título e ninguém nos chama de doutor.

Além de salários justos, que as Emergências sejam consideradas prioritárias, porque elas é que salvam a vida de imediato e ninguém quer trabalhar nas Emergências. Lá, no Souza Aguiar, eu trabalhava no setor infantil, mas os meus colegas médicos trabalhavam atendendo presidiários, gente do Pinel. Corríamos risco com tudo quanto era tipo de doença e muitas vezes não tendo nem uma luva para usarmos...

Que as Emergências sejam consideradas prioritárias. Também acho que se deveria cobrar dos planos de saúde pelos doentes que são atendidos nos hospitais públicos. Os hospitais públicos não têm dinheiro mais nem para se manterem, e, enquanto isso, os planos de saúde estão cobrando uma fortuna. Quando o Corpo de Bombeiro atende uma pessoa, ela pode implorar para ir para um hospital de plano de saúde que ainda assim a levam para o hospital público, que já está sobrecarregado. Isso também teria que ser visto como diretriz.

Quando me aposentei, foi com o salário integral, como se estivesse na ativa. A Prefeitura me paga 900 e pouco de piso salarial, e a União, 500 e pouco. Uma vergonha o piso salarial de um médico ser de 500 e pouco, ser de 900 e pouco. E eu ganho como se estivesse na ativa. Imagine se não fosse assim. No tempo do Governador Lacerda, os hospitais e os salários eram dignos, e a saúde tinha importância. Nos Estados Unidos, Espanha e em todos os países o padrão do médico é outro.

Era para isso que eu queria chamar atenção.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Dra. May, entendemos que é um momento que a senhora teve, um espaço que a senhora teve para manifestar a sua revolta, a sua aflição, mas nós estamos hoje tratando de um outro assunto, que é o Plano Diretor da Cidade. À tarde, às 14 horas, haverá outra Audiência Pública, da Comissão de Saúde. Acho que seria muito interessante, se possível, que a senhora estivesse presente.

Passamos a palavra à Dra. Hélia Nacif, arquiteta e urbanista.

A SRA. HÉLIA NACIF – Obrigada. Queria aproveitar essa oportunidade para focar novamente na questão da Comissão, mas pegando menos o tema do assunto ligado ao servidor público e mais da parte da Administração, e aí, Vereadora, eu queria estender o que a Dra. Graça Neves, do IBAM, falou e também a Sub-controladora do Município, para chamar atenção para o seguinte aspecto: a Prefeitura do Rio é de gente muito bem preparada, gente que tem conhecimento de outras áreas da administração Municipal no Brasil. É surpreendente como o Rio de Janeiro tem uma Administração jovem, moderna. Jovem, eu digo, dentro dos próprios parâmetros da Administração. Embora eu seja urbanista, arquiteta de formação, a gente trabalhando sempre com o setor público, como a Dra. Graça falou, termina ocupando cargos gerenciais e muita função Administrativa, e temos condição de observar como a Prefeitura do Rio tem um avanço, como tudo está estruturado e organizado. O que chamo atenção, e que acho importante, nesse momento em que estamos discutindo o Plano Diretor, o que eu queria frisar é que o Plano Diretor por si só é um plano complexo. O modelo que a gente está adotando no Rio de Janeiro, que já vínhamos adotando, é um Plano Diretor de modelo compreensível, que abrange diversas áreas das políticas públicas. Tanto que tem uma série de Audiências que vão reforçar muito a necessidade de se ter um corpo administrativo e um corpo funcional muito bem estruturado, muito bem organizado, para que se tenha condição de tirar o plano do papel. Uma coisa é o plano ser discutido; outra coisa é o plano ser votado e aprovado como Lei, como anteprojeto de Lei; outra coisa é ele ser efetivado.

Nesse sentido, outro aspecto importante, além do fato deste modelo de Plano Diretor. O Estatuto da Cidade – não sei quantos urbanistas tem aqui – é um avanço, é uma regulamentação do capítulo constitucional da política urbana na Constituição Federal de 88. E é uma Lei que, regulamentando aquele capítulo constitucional, traz instrumentos novos em termos urbanísticos, que podem ajudar muito no sentido de a gente vencer essa desigualdade social no uso e ocupação do solo das cidades. Agora, para ele ser implementado, para ele sair do papel, e as Leis serem regulamentadas e serem aplicadas, precisa ter uma base na estrutura da Prefeitura, não só dentro da Prefeitura, mas da Prefeitura com a comunidade. Hoje, a Administração Pública passa fortemente pelos laços com a sociedade civil, os setores organizados e até os desorganizados, o cidadão comum também.

Tudo isso precisa de uma preparação institucional. Então, acho importante não só gente falar isso como se fosse uma coisa para depois. Parece que a gente está dizendo: aprovo o plano, depois a gente tem que arrumar a Prefeitura. A gente está falando isso de uma certa forma. A gente não pode desconhecer que,

aprovado o plano, há o momento seguinte, que é estruturá-lo. Agora, muitas dessas coisas que vão estar agora no processo de aprovação já têm que ser observadas. Por exemplo, se a gente vai ter que ter, para implantar um instrumento de outorga onerosa, o IPTU progressivo, a regularização urbanística e fundiária de assentamentos irregulares e subnormais; tudo isso precisa de um sistema de informação, precisa de uma ligação entre essas atividades finalísticas, que a Dra. Graça falou, com os cadastros, com as atividades-meio da Prefeitura. E tudo isso não se faz da noite para o dia. De repente, nem precisa contratar mais gente, mas precisa organizar a Prefeitura, precisa estruturar para esse modelo. Ela está organizada, mas as exigências são permanentes. Essa readequação para implantar esses instrumentos do Estatuto das Cidades é uma coisa que, agora que os Vereadores estão aprovando a Lei, têm que estar atentos. Têm que estar atentos para os Orçamentos. O Orçamento Plurianual não vai ter que olhar só as obras que vão ter que ser feitas, mas também a estruturação da Prefeitura: “Ah, tem que ter uma Comissão de Regularização. Onde vai estar essa Comissão?” Tenho que ter uma previsão orçamentária para criar um banco de dados. Todos os instrumentos do Estatuto das Cidades se baseiam em banco de dados e informações, sejam informações produzidas, como o IPP produz, sejam informações do dia-a-dia, de acompanhamento de ações da Prefeitura. O que foi licenciado, o que a Fazenda tem em seu cadastro.

Acho importante deixar aqui essa mensagem. Tenho assessorado a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, estou aqui falando na condição de uma assessoria especial a ela. Acho importante a gente estar observando não apenas o aspecto urbanístico, mas como o aspecto urbanístico acontece na realidade. Porque, senão, a gente vai ter mais uma vez um plano enorme, cheio de boas idéias, com instrumentos modernos, atualizados, uma Prefeitura moderna, capaz de implantar esse plano. Vai haver muitas Prefeituras que não vão ter condições de implantar o Estatuto das Cidades, porque ele é mais complexo, exige uma articulação forte interna da Prefeitura com a sociedade civil. A gente está neste momento. Não é só no plano, mas fazendo o plano, olhando o Orçamento, a LDO, a LOA e o Plurianual.

Queria dar essa contribuição, importante, e dizer que a Vereadora está muito atenta em seu trabalho.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Obrigada, Dra. Hélia Nacif.

Passamos a palavra agora para o Sr. José Artur de Oliveira, coordenador do Conselho das Instituições da Zona Oeste.

O SR. JOSÉ ARTUR DE OLIVEIRA – Boa-tarde a todos. Como fui apresentado, sou o Professor Artur.

O Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste é um conselho criado pelas sete instituições que chamamos de nativas. Isto, é aquelas instituições que têm um único campus, que fica centrado nesta região. Começamos pelas Faculdades São José, em Realengo, passamos pela Universidade Castelo Branco, pelo Centro Universitário Moacyr Bastos,



Faculdade Bezerra de Araújo, Faculdade de Filosofia e Faculdade Machado de Assis em Santa Cruz.

Na análise do Plano Diretor, em seu capítulo II, Macrozonamento, chegando à Seção I, das Macrozonas de Ocupação, encontramos quatro macrozonas de ocupação: a controlada, a incentivada, a condicionada e a assistida.

Na leitura dessas macrozonas, fica claro que isso é uma hierarquia de necessidades. A controlada se refere a bairros de melhores condições; a assistida, a esses bairros de condições não tão boas.

Na análise do Anexo IV, áreas sujeitas à intervenção do Poder Público, a macrozona assistida fala em centro de bairros, como Campo Grande e Santa Cruz.

Somos conhecedores da realidade da Cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente da Zona Oeste, cujas especificidades diferenciam essa região de todas as regiões do Rio de Janeiro. Na realidade, a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro representa metade de todo o espaço físico. Como a Cidade do Rio de Janeiro é uma cidade tentacular, que cresceu por entre morros, não tem mais por onde crescer. A única opção de crescimento da Cidade do Rio de Janeiro é a Zona Oeste.

Nós entendemos que há uma uniformidade na Zona Oeste. Até mesmo porque é uma construção mental. Evidentemente, as especificidades se aplicam a todos esses espaços.

Minha indagação é a seguinte: por que Bangu e Realengo, que na realidade representam esta mesma situação, estão excluídas dessa macrozona assistida? Por entendermos que a Zona Oeste é um espaço onde tudo aquilo que o Rio de Janeiro não quer, manda para a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, lamentavelmente. É o que tem acontecido esse tempo todo.

Como somos o receptáculo de tudo aquilo que é indesejável – e isso já acontece há algum tempo no Rio de Janeiro -, por que Bangu e Realengo não estão licitados como áreas de macrozona assistida, já que são exatamente iguais a Campo Grande e Santa Cruz?

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Passamos a palavra agora para o Sr. Ennio Ennes Wynne.

O SR. ENNIO ENNES WYNNE – Boa-tarde.

Sra. Presidente, membros da Mesa, senhores Vereadores raríssimos presentes, senhoras e senhores: sou servidor da Secretaria Municipal de Saúde, faço parte de um grupo de trabalho de recursos humanos, implementando em função de uma comissão de negociação, que consegui ter acesso à Secretaria Municipal de Saúde para tentar solucionar problemas inequacionáveis pelo Executivo.

Vejam bem: nas nossas observações, foram identificadas as discrepantes irregularidades nos seguintes itens. Peço desculpas porque vou ler apressado, devido ao escasso tempo que é concedido. Isso é referente a servidores, sim. O contribuinte, o municípe, o mantenedor do serviço público, merece e tem o direito de saber. É nossa obrigação executar um bom trabalho. Para que o

servidor possa executar um bom trabalho, é necessário que ele seja tratado com respeito e dignidade, e que o Poder Executivo cumpra com suas obrigações para exigir em troca os deveres desses servidores concursados, efetivos, com estabilidade e que não se mudam através do voto.

Vejam bem: não é fornecido o vale-transporte em igualdade de condições aos servidores da União, assim como a todos os demais trabalhadores. Ou seja, o valor correspondente a suprir as despesas de locomoção da residência ao local de trabalho e vice-versa, com descontos somente de 6% do vencimento básico, como determina a Legislação.

O procedimento incorreto realizado é o do fornecimento de um auxílio transporte, correspondente a uma passagem de ida e outra de volta, com o valor do preço modal do município, não levando em conta o número de transportes utilizados e seus reais valores.

A partir de determinada faixa de vencimentos, não recebem nada – nenhum servidor, a partir de determinada faixa de vencimento.

O auxílio-alimentação igualmente não é fornecido a partir de determinada faixa de vencimento, o que não ocorre na União, no Estado, na Comlurb, nos demais Órgãos Públicos e empresas privadas.

Desculpem, mas eu estive enfartado no mês passado, passei internado. Se eu não conseguir chegar até o fim, vocês me desculpem. A gratificação de produtividade é paga de maneira diferenciada, conforme a lotação do servidor. Então, o servidor, porque está lotado no Centro, ou Zona Norte, ou Zona Sul, ele recebe diferenciado. Certo? A gratificação de produtividade, pelo mesmo serviço onde foi exigida a mesma capacidade, a mesma determinação e o mesmo preparo para realização das atividades. Incorreto isso. As gratificações, funções gratificadas que são determinadas pelo Estatuto do Servidor, a função gratificada é exclusividade de servidores. Não estou falando de cargo comissionado. Essas funções gratificadas estão sendo pagas aos celetistas da Comlurb, cedidos até 31/12/2007. Não que eles não mereçam, mas só que é ilegal.

Conforme contrato, exercem funções de chefias sobre servidores concursados, com estabilidade, aptos para tais funções. E o mais irregular e desonesto é que alguns dos celetistas da Comlurb recebem essas gratificações, sem mesmo exercer a função.

Exames médicos periódicos: Esse enfarte que me levou à internação é porque há mais de 4 anos não são realizados exames médicos periódicos obrigatórios para que se vejam as condições de saúde dos servidores. Se isso tivesse ocorrido, há 2 ou 3 anos atrás, teriam sido observadas essas deficiências e poderiam ter sido controladas, e não terem chegado ao termo que chegaram.

Os planos de saúde não cumprem também as suas finalidades. E agora, nós temos ainda a perspectiva da construção de um clube de servidor, com o dinheiro do Previ-Rio que não se destina a esse fim. Os recursos do Previ-Rio se destinam especificamente a pagamentos relacionados à aposentadoria, pensões e outros benefícios, e não a construção de um clube do servidor! Para isso, nós já temos clubes, o Clube Municipal supre essas necessidades, é opcional, quem quiser que se associe.

Concluindo, faz-se necessário que o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, através do Poder Legislativo desta Casa, determine e fiscalize, como é

de sua obrigação, o Poder Executivo a cumprir, independente da faixa de vencimentos dos servidores, a fornecer vale-transporte, auxílio-alimentação, tornar igualitário as gratificações de produtividade, e que só servidores concursados, efetivos exerçam funções gratificadas e recebam as gratificações por essas funções. E que se impeça a construção desse clube do servidor com a utilização indevida dos recursos do Previ-Rio.

Muito obrigado!

Eu vou encaminhar cópia a esta Casa para que seja analisada e tomadas as providências cabíveis que se julgarem necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Obrigada, Sr. Enio!

Com toda a certeza, esse documento será encaminhado à Comissão que discute e debate o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Nós agora vamos passar a palavra para a Dra. Marcia Andrea, Subcontroladora de Integração e Controle da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, e que me parece, quer responder alguma coisa à Dra. Maria da Graça Ribeiro Neves, assessora técnica da área de organização e gestão do IBAM.

A SRA. MARCIA ANDREA PERES – Obrigada, Sr. Presidente.

Na colocação da professora, ela abordou algumas questões com relação à Administração Pública da Prefeitura, e achei relevante trazer algumas informações que sejam conhecidas de todos. E a senhora comentou com relação ao quantitativo de administradores que temos na Prefeitura.

Esse número é de 46 administradores; todos eles concursados em concurso recente, nos últimos três anos, e todos passaram por um processo de capacitação de pós-graduação, entendendo essa relevância, a importância realmente da capacitação desse grupo para ajudar a Administração Pública. E preocupados com isso, nos próximos três meses, estará sendo divulgado um novo concurso para administrador, para que se possa completar esse quadro dentro desse processo.

Na verdade, esse sistema de administração foi instituído por Lei e, dada essa relevância, abrange os cargos de nível superior, que é o administrador como agente de administração. Então, foi criado esse sistema que pode, na verdade, congrega as atividades de todas as diretorias administrativas, para que se possa padronizar os procedimentos, as orientações acerca dos ritos que devem ser seguidos e a valorização também desse grupo profissional, porque a sua progressão é feita em função dos cursos regulares de capacitação que são fornecidos pela própria Prefeitura, que visa, então, valorizar esse grupo.

Em geral, o concurso está previsto para os próximos meses. A remuneração, dentro dessa Lei criando um sistema, foi um tópico de valorização, porque alguns cargos e salários foram dobrados, como o caso do administrador. A criação de uma gratificação vinculada à capacitação e à disponibilidade desses servidores em estudar e em progredir. Então, eu queria deixar registrado que é uma preocupação da Prefeitura aprimorar o sistema de Administração Pública para que possa ser um multiplicador de conhecimento para os gestores públicos da Prefeitura.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Obrigada. Parece-me que o Vereador Prof. Célio Lupparelli ainda quer prestar um esclarecimento.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Sra. Presidente, muito obrigado. Nós queríamos responder, mas parece-me que a pessoa que fez o comentário não está presente, mas a platéia e a Mesa merecem essa consideração.

Foi dito que a Prefeitura não cobra dos planos de saúde os serviços que a Prefeitura presta em seus hospitais àquelas pessoas que detém os planos de saúde. Não é bem assim. A Prefeitura tenta cobrar, mas eles entram na justiça alegando o direito universal do atendimento, e até hoje a Prefeitura não conseguiu lograr êxito, nesta cobrança, em virtude dos processos estarem ainda dependendo da decisão de justiça, mas que a Prefeitura tenta cobrar, tenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Obrigado, Sr. Vereador. Parece-me que ninguém está inscrito para fazer uso da palavra... Claro, doutora! Claro!

A SRA. MARIA DA GRAÇA RIBEIRO NEVES – Eu queria só comentar a resposta que recebi da Subcontroladora. É uma notícia muito auspiciosa essa que a Dra. Marcia nos trouxe. Realmente 46 profissionais de administração para a Prefeitura do Rio de Janeiro ainda é pouco num universo de mais de 100 mil funcionários, mas é muito importante, ainda mais com as exigências de aperfeiçoamento e tudo o mais que ela apontou. Eu acho que a transversalidade das Políticas Públicas e a articulação do funcionamento da Prefeitura realmente dependem disso.

Mais uma vez, parabéns pelo trabalho que está sendo feito.

A SRA. PRESIDENTE (TERESA BERGHER) – Obrigada. Como Presidente da Comissão de Administração, vamos incluir no projeto do novo Plano Diretor da Cidade emendas pertinentes às questões aqui levantadas, para que a cidade venha a oferecer as melhores condições tanto para o desenvolvimento das atividades na sua totalidade como para os seus moradores.

Aproveito a oportunidade para informar que a Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público estará recebendo propostas, por escrito, até o dia 30 de abril próximo, que serão analisadas por seu corpo técnico, sistematizadas e posteriormente encaminhadas à Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor, para considerações finais.

Agradecemos a presença do Presidente da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Dr. Jairinho.

Este Debate será publicado no Diário da Câmara Municipal e enviado às autoridades aqui presentes e àqueles interessados.

Agradecemos a participação dos nossos expositores e a presença de todos.

Dou por encerrado este Debate Público.

Muito obrigada.

(Encerra-se o Debate Público às 12h20)

**SUGESTÕES APRESENTADAS  
PELA EXMA. SRA. VEREADORA SILVIA PONTES**

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – CMRJ**

Através da Resolução Nº 1.052, de 13 de dezembro de 2006, fixou-se um calendário de Audiências Públicas a serem realizadas pelas Comissões Permanentes, obrigatoriamente, sobre os temas que lhe são pertinentes no Plano Diretor, publicado no DCM Nº 38, de 28 de fevereiro de 2007.

Cabe ressaltar que, em 18 de outubro de 2006, o Exmo. Sr. Prefeito, atendendo ao Art. 452 de Lei Orgânica Municipal, encaminhou a CMRJ o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar Nº 25/2001, que dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, através da Mensagem Nº 78/2006 – Substitutivo Nº 3, devendo, portando ser apreciada pelo Legislativo Municipal a respectiva matéria.

Comissão Permanente de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público:

1. Vereadora Teresa Bergher – Presidente.
2. Vereador Renato Moura – Vice-Presidente.
3. Vereador Argemiro Pimentel – Vogal.

Data: 16/04/2007.

Hora: 10:00h.

Local: Plenário.

Pauta:

1. Diretrizes gerais de planejamento integrado da Administração Pública Municipal.
2. Descentralização administrativa.
3. A Administração do Patrimônio Imobiliário Municipal.

Comentários e Sugestões:

Os aspectos referentes à Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público estão contidos nos seguintes capítulos:

1. Com relação à Administração Municipal.

Título III – Dos Instrumentos da Política Urbana.

Capítulo II – Dos Instrumentos de Planejamento Urbano.

Seção I – Dos Planos, Programas e Projetos da Administração Municipal.

Neste capítulo estão incorporados os projetos e ações da Administração Pública, permitindo a elaboração de planos nos diversos níveis: regional, setorial e projeto urbano.

Cabe ressaltar ainda, a determinação de previsão orçamentária, por parte da Administração Municipal, para implementação destas ações supracitadas.

Sugestão: integrar a Câmara Municipal no processo de gestão da Administração Pública, quando da concepção, elaboração e implantação de projetos urbanos, no que diz respeito ao seu acompanhamento, promovendo inclusive Audiência Pública quando necessário.

## 2. Com relação à gestão.

Título IV – Das Políticas Urbanas Setoriais.

Capítulo X – Das Políticas de Gestão.

Seção I – Da Informação.

Nesta seção fica assegurada a Política de Informação da Administração Pública, garantindo inclusive o necessário sigilo legal dos dados referentes aos contribuintes.

Sugestão: garantir dotação orçamentária ao órgão responsável pela gestão das informações como prioridade do programa de governo.

## 3. Com relação ao patrimônio municipal.

Título IV – Das Políticas Públicas Setoriais.

Capítulo X – Das Políticas de Gestão.

Seção IV – Da Administração do Patrimônio Imobiliário Municipal.

Esta seção trata do patrimônio imobiliário municipal, destacando-se a gestão dos bens imóveis públicos. Trazendo de certa forma como novidade, a possibilidade de recebimento de imóveis por parte do Município.

Sugestão: priorizar a disponibilidade de imóveis públicos para o desenvolvimento urbano das diversas regiões da Cidade, cumprindo sua função social a partir de levantamento técnico.

## RELAÇÃO DOS PRESENTES

Vereador Prof. Célio Lupparelli, José Artur de Oliveira (Ciezo – Conselho das Instituições da Zona Oeste – Coordenador), Rosirene Carneiro, Maura Moreira (SMH), Eliana Junqueira, Luiz Strauss, Otavio Leonídio (PUC), Celia Maria Escobar Araújo, Katia Medeiros, Maria da Graça Ribeiro, Ennio Ennes.